

SANTIAGO, CHILE

AB-2097  
19 março 2001  
Original: inglês  
francês

DISCURSO DA GOVERNADORA SUPLENTE INTERINA PELO CANADÁ  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Maria Minna*

1. Há quase três décadas o Canadá vem apoiando firmemente o Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal instituição de desenvolvimento do nosso Hemisfério. Em junho do ano passado, foi nosso país a sede da Assembléia Geral da OEA em Windsor. Dentro de duas semanas, minha cidade natal, Toronto, receberá os Ministros das Finanças das Américas para discutir as questões econômicas prementes do nosso Hemisfério. E no próximo mês receberemos os líderes do Hemisfério na Terceira Cúpula das Américas na cidade de Quebec.
2. O Canadá está realmente integrado em nossa região, em nossa parte do mundo – econômica, política e socialmente.
3. Nas Américas, como no mundo inteiro, partilhamos um consenso crescente – sobre políticas, prioridades e valores. Hoje nós todos concordamos em que nossa verdadeira meta mínima deve ser a redução e a erradicação da pobreza, que estamos empenhados em conseguir mediante o enfoque nas Metas de Desenvolvimento Internacional que constituem a base deste consenso. Esse enfoque na redução da pobreza mantém-nos próximos às necessidades do povo real e, como o Primeiro-Ministro Chrétien afirmou no mês passado perante o Conselho Permanente da OEA, “precisamos adotar uma agenda que coloque o povo em primeiro lugar.”
4. Esta agenda para o século XXI é diversificada, porém cada vez mais firme, integrada e unificada por este enfoque central no povo. Inclui mercados e sociedades livres, progresso social, democracia e direitos humanos, segurança pessoal e inclusão de todos os povos.

5. Quando pensamos em progresso, pensamos no crescimento em todas as Américas. Embora ocorram em nosso Hemisfério as maiores disparidades entre ricos e pobres, estamos ansiosos por ver nossos países buscarem os benefícios da liberalização econômica caminhando com confiança no sentido de criar a Área de Livre Comércio das Américas. Os mercados eficientes criam prosperidade, embora precisemos lembrar que a prosperidade deve ser compartilhada e equitativa.
6. Para termos uma sociedade pacífica, os recursos, oportunidades econômicas e riqueza devem ser compartilhados entre todos.
7. Se os países conseguem dominar e gerir a globalização – que neste século é um irrefutável fato da vida – também podem dominar os meios para tirar da pobreza a si mesmos e seus cidadãos.
8. Nossos investimentos devem alcançar um equilíbrio entre as prioridades econômicas e sociais, porque um povo saudável e educado e governos eficazes que respeitem os direitos humanos fazem com que a globalização funcione para seus cidadãos.
9. Estes são os objetivos a que visará a Cúpula das Américas a realizar-se em abril.
10. Como a maior instituição de desenvolvimento das Américas, o BID pode apoiar o processo da Cúpula e o Plano de Ação de várias formas. Incentivamos o BID a examinar minuciosamente as iniciativas e os temas do Plano de Ação relacionados com as prioridades do Banco.
11. Cabe ao Banco fazer avançar o consenso em torno do desenvolvimento trabalhando com afinco ainda maior para colocar os países em desenvolvimento à frente dos esforços de cooperação, de forma a intensificar o sentido de participação, instilando nova energia nas iniciativas de desenvolvimento. O Banco precisa trabalhar de modo mais eficiente com outras entidades a fim de apoiar as estratégias de redução da pobreza específicas de cada país.
12. Para tanto, o Banco precisará aprimorar a dimensão pró-pobres de sua atividade. Para ser cada vez mais valioso como agente da mudança nas Américas, deve impulsionar o crescimento econômico em todos os países do Hemisfério a fim de apoiar o progresso social.
13. É tempo de reexaminar o limite de 15% dos empréstimos de apoio a reformas para conformá-lo à realidade. Mas estamos convencidos de que, para este limite ser aumentado, deve haver uma compensação... precisamos insistir em melhor qualidade dos empréstimos, enfoque mais nítido das intervenções do BID e melhor monitoramento. Os aumentos dos empréstimos de apoio a reformas devem ser justificados por uma influência normativa eficaz e maior impacto, especialmente no caso de programas setoriais. A flexibilidade na concessão de empréstimos deve significar benefícios positivos para os pobres.

14. Desejamos também um progresso contínuo e acelerado para as diversas iniciativas de reforma aprovadas o ano passado na estratégia empresarial do Banco.

15. Queremos também assegurar-nos de que o aumento de empréstimos para o setor privado esteja realmente gerando crescimento e exercendo impacto sobre a pobreza. Esses empréstimos são válidos se atraírem recursos privados adicionais – mas não se deslocarem o financiamento privado ou não se relacionarem com as metas de redução da pobreza do país. Os empréstimos do BID ao setor privado podem e devem desempenhar um papel fundamental no aumento do emprego, das oportunidades econômicas e dos serviços aos pobres.

16. Nas atividades do Banco, é vital assegurar a inclusão e a equidade. É por isso que o Canadá apóia a admissão dos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental, porque a pequenez geográfica não deve constituir uma barreira. É também por isso que o Canadá está proporcionando, no âmbito do Fundo Canadense, um componente específico para incentivar a participação das populações indígenas na cooperação para o desenvolvimento.

17. Sem dúvida, o crescimento econômico é vital e deve ser buscado com vigor – mas os benefícios do crescimento devem ter base ampla e ajudar os povos das Américas a superarem a pobreza e realizarem seu pleno potencial humano. Esta visão inclui todos os povos das Américas, especialmente os pobres, os desprovidos de poder, as minorias, as mulheres, as populações indígenas e as pessoas portadoras de deficiência. Ao formularmos políticas ou tomarmos decisões, precisamos lembrar que essas pessoas são os motores do crescimento econômico e seus beneficiários. O BID tem um papel especial a desempenhar na expressão das necessidades e aspirações dos pobres da região, porque, nas palavras do Primeiro-Ministro Chrétien, “o Plano de Ação da Cúpula vai além das relações econômicas entre os países para discutir oportunidades iguais, responsabilidade social e equidade.”